

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**  
**REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO PERMANENTE**  
**(Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer que seja criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Situação dos Atingidos pela Emergência Climática.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência nos termos regimentais que seja criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados Subcomissão Permanente de acompanhamento da Situação dos Atingidos pela Emergência Climática, que incorpore as recomendações da audiência pública realizada em 02 de junho de 2022 entre CDHM e CLP, assim como as recomendações CPI das Enchentes.

**JUSTIFICATIVA**

Nos últimos meses, o país se defrontou com inúmeros eventos decorrentes de secas e enchentes, cujos impactos são muito mais severos para a população pobre dos municípios afetados.

No contexto urbano, o que vemos é um modelo que aposta num planejamento comprometido com a especulação imobiliária em detrimento da proteção de recursos naturais e da garantia de habitação segura para o conjunto da população, e do suporte à agricultura familiar. Um modelo que, somado ao agravamento do desequilíbrio ambiental no último período - o desmatamento da Amazônia, por exemplo, aumentou em 56% durante o governo Bolsonaro (56,6% maior entre agosto de 2018 e julho de 2021, comparado ao mesmo período de 2015 a 2018, segundo o IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) - tem contribuído diretamente para as secas e chuvas intensas que observamos este ano no país. Em Petrópolis,



região serrana do estado do Rio de Janeiro, 238 pessoas morreram<sup>1</sup> e em Pernambuco 126 pessoas foram mortas em consequência das chuvas.<sup>2</sup>

Este cenário impõe a emergência de criação de políticas públicas que garantam a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras da região. Os eventos climáticos hidrológicos extremos, como as secas e enchentes, desde algum tempo, deixaram de ser fenômenos de completa surpresa.

As previsões meteorológicas com modelos de larga escala para períodos de meses até um ano, com previsões de curto período com precisão elevada e válidas para áreas mais restritas podem e devem auxiliar o planejamento administrativo, evitando mortes, risco, danos e prejuízos à população brasileira. Portanto, a tragédia humanitária que o país vive poderia ter sido demasiadamente mitigada caso houvesse planejamento e políticas públicas robustas para lidarem com estes eventos, em especial em um momento de desmonte do Estado e da política ecocida do Governo Bolsonaro.

O mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da (ONU – IPCC) alerta para alterações cada vez mais críticas nos padrões de chuvas em razão da contínua devastação ambiental e, por consequência, do aumento do aquecimento global.

No Brasil, a organização afirma que o avanço do grave cenário ocorrerá especialmente na região central do país. Em 2021, dados oficiais afirmam que enfrentamos a pior seca dos últimos 91 anos. O relatório do IPCC também destaca que os grupos mais vulneráveis são os primeiros a serem atingidos. Na prática, são os principais atingidos pelos desastres em seus territórios. São indivíduos já sujeitos a muitas formas de discriminação, marginalizados por desigualdades estruturais como, por exemplo, as mulheres em áreas de riscos na periferia ou no campo. Nesse contexto, inclusive, emerge a categoria dos migrantes ambientais e climáticos, que ainda carecem de proteção legal e de políticas públicas voltadas à sua assistência.

1 <https://www.poder360.com.br/brasil/chuvas-em-petropolis-ja-mataram-233-pessoas-em-2022/#:~:text=As%20chuvas%20em%20Petr%C3%B3polis%2C%20no,mar.>

2 <https://www.folhape.com.br/noticias/maior-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/>



Impõe-se, desde já, a utilização sistemática das informações climáticas e meteorológicas produzidas e sua tradução operacional com adequada disseminação para evitar danos à vida e riscos de morte; bem como medidas de amparo às pessoas físicas que exercem atividade laboral ou comercial em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência.

Nesse sentido, a fim de discutir as questões fundamentais que envolvem especialmente os atingidos por enchentes e secas no país, solicito a aprovação deste requerimento pelos nobres parlamentares.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2022.

Atenciosamente,

**TALÍRIA PETRONE**

DEPUTADA FEDERAL

PSOL/RJ

